



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
Avenida Anchieta, nº 200 - Bairro Centro - CEP 13015-904 - Campinas - SP - www.campinas.sp.gov.br
Paço Municipal

PMC/PMC-SMDAS-GAB/PMC-SMDAS-DGSUAS

DESPACHO

Campinas, 17 de março de 2025.

DESPACHO AUTORIZATIVO - TERMO DE COLABORAÇÃO - DISPENSAS DE CHAMAMENTO - SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Expediente despachado pela Sra. Secretária Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, em 17/03/2025

Processo SEI nº PMC.2025.00034881-47

Assunto: Dispensa de Chamamento - Termo de Colaboração - Proteção Social Especial de Média Complexidade e de Alta Complexidade

Considerando a manifestação do Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social – DGSUAS, que as **Colaborações atualmente vigentes no rol citado no despacho 13979305 completarão 60 meses em 31/03/2025**, não havendo mais previsão para prorrogação dos Termos, sendo necessária a manutenção dos atendimentos atualmente realizados pela rede socioassistencial privada, para que não haja prejuízos à população destinatária dos referidos serviços, sendo sua manutenção de extrema importância para a continuidade das ações e qualidade do atendimento aos referidos usuários;

Considerando a oferta de serviços pelas entidades de atendimento, organizações de assistência social vinculadas ao Suas, nos termos do art. 6º-B e Art. 3º, § 1º da LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, no Capítulo III – Da Organização e da Gestão, conforme abaixo transcrito:

Art. 6º-B. As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos e/ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao Suas, respeitadas especificidades de cada ação. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

Art. 3º § 1º São de atendimento aquelas entidades que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de que tratam os incisos I e II do art. 18.

Considerando que a vinculação ao SUAS é o reconhecimento de que a entidade de assistência social integra a rede socioassistencial, conforme cadastro da entidade mantido junto à Administração Pública Federal, nos termos do art. 6º-B, §1º e §2º, inciso III e art. 19, inciso XI da LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, abaixo transcrito:

Art. 6º-B. [...]

§ 1º A vinculação ao Suas é o reconhecimento pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome de que a entidade de assistência social integra a rede socioassistencial. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 2º Para o reconhecimento referido no § 1º, a entidade deverá cumprir os seguintes requisitos: (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

[...]

III - integrar o sistema de cadastro de entidades de que trata o inciso XI do art. 19. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

Art. 19. Compete ao órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social: [...]

XI - coordenar e manter atualizado o sistema de cadastro de entidades e organizações de assistência social, em articulação com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal;

Considerando que o sistema de cadastro que vincula as entidades ao SUAS, denomina-se CNEAS – Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social, sendo “*uma ferramenta de gestão, que armazena informações sobre as organizações e ofertas socioassistenciais com atuação no território nacional. De responsabilidade da administração pública, permite a aproximação entre o Estado e a sociedade civil, possibilitando o acompanhamento do atendimento aos usuários da política e reconhecendo a importância das organizações no âmbito do Sistema Único de Assistência Social.*”

Considerando que, no âmbito da Assistência Social, o vínculo SUAS, representado pelo CNEAS, é o credenciamento para fins da dispensa prevista no Art. 30, VI da Lei Federal nº 13.019/2014, conforme abaixo transcrito:

Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público: [...]

VI - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

No Município de Campinas, as organizações da sociedade civil executoras dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Especial aqui apresentados são as únicas credenciadas para a execução dos mesmos, estando previamente credenciadas, visto que todas possuem registro no CNEAS - Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social. Além disso, não há outras organizações cadastradas para a execução dos mesmos Serviços de Proteção Social Especial no município não havendo competição entre elas.

Os Serviços de Proteção Social Especial são regulamentados pela Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 que Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e a oferta dos serviços complementares foi regulamentada no Município, através dos artigos 13 e 14 da Lei Municipal nº 15.942, de 29 de julho de 2020 que Dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social, institui o Sistema Único de Assistência Social do Município de Campinas e dá outras providências.

A descontinuidade da oferta pelas organizações da sociedade civil executoras de serviços socioassistenciais da Proteção Social Especial previamente credenciadas, com registro no CNEAS, apresenta dano de desproteção aos usuários atendidos. As organizações da sociedade civil credenciadas estão regularmente constituídas e inscritas no CMAS e não haverá alteração do objeto do ajuste atual vigente, nem tão pouco a ampliação de metas.

A natureza continuada dos serviços socioassistenciais, que visam a melhoria de vida da população, a especificidade do perfil de vulnerabilidade do público atendido em cada

serviço de Proteção Social Especial, bem como a necessidade da manutenção dos atendimentos já realizados pelas únicas organizações da sociedade civil executoras previamente credenciadas, com registro no CNEAS, asseguram a qualidade das ações ofertadas, manutenção e prosseguimento dos resultados obtidos com o atendimento.

Considerando o cumprimento das disposições do Art. 32, § 1º da Lei Federal n.º 13.019/2014, alterada pela Lei Federal n.º 13.204/15, bem como da Resolução CNAS n.º 21/2016, visto que restou demonstrado que as organizações da sociedade civil, abaixo listadas, são inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e cadastradas no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social - CNEAS e, portanto, previamente credenciadas pelo órgão gestor da Política de Assistência Social, sendo os serviços regulamentados e as atividades voltadas e vinculadas a serviços de assistência social, para os quais a descontinuidade da oferta pela organização da sociedade civil apresenta dano mais gravoso à integridade dos usuários;

Considerando o parecer jurídico do Núcleo de Assistência Social, acolhido pela Procuradoria de Licitações e Contratos e Procurador Geral do Município, que opinou com ressalvas pela inexistência de óbices jurídicos às DISPENSAS DE CHAMAMENTO PÚBLICO para a continuidade da execução dos Serviços pelas organizações da sociedade civil descritas nos autos;

Considerando que as ressalvas apontadas no parecer jurídico foram justificadas, conforme as providências e justificativas no despacho do DGSUAS 14121125 nos autos e DGOF 14120998 as quais acolho.

Entendo justificado e devidamente fundamentado, motivo pelo qual **DISPENSO** o chamamento público, nos termos do Art. 30, VI da Lei Federal n.º 13.019/2014, alterada pela Lei Federal n.º 13.204/15 e da Resolução CNAS n.º 21/2016, para eventual repasse de recursos às organizações da sociedade civil que compõem a rede privada socioassistencial, aqui relacionadas:

Organização da Sociedade Civil	CNPJ	Proteção	
ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO DO HOMEM DE AMANHÃ	46.072.666/0001-56	Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Apadrinhamento Afetivo
CASA DE MARIA DE NAZARÉ	58.391.681/0001-46	Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Instit
INSTITUIÇÃO PADRE HAROLDO RAHM	50.068.188/0001-88	Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Instit
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DA CRIANÇA COM CÂNCER E HEMOPATIAS	67.994.103/0001-95	Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Instit
CASA DE REPOUSO BOM PASTOR	51.909.273/0001-94	Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Instit
SORRI CAMPINAS	57.508.772/0001-56	Proteção Social Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção Social Es
AÇÃO FORTE	06.136.322/0001-49	Proteção Social Especial de Média Complexidade	Serviço Especializado de Prote
ALDEIAS INFANTIS - SOS BRASIL	35.797.364/0024-15	Proteção Social Especial de Média Complexidade	Serviço Especializado de Prote
ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CORAÇÃO DE MARIA	57.521.759/0001-37	Proteção Social Especial de Média Complexidade	Serviço Especializado de Prote
CENTRO COMUNITÁRIO DO JARDIM SANTA LÚCIA	54.153.598/0001-88	Proteção Social Especial de Média Complexidade	Serviço Especializado de Prote
CENTRO EDUCACIONAL INTEGRADO PADRE SANTI CAPRIOTTI - CEI	51.903.532/0001-70	Proteção Social Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção Social Es
CENTRO EDUCACIONAL INTEGRADO PADRE SANTI CAPRIOTTI - CEI	51.903.532/0001-70	Proteção Social Especial de Média Complexidade	Serviço Especializado de Prote
CENTRO REGIONAL DE ATENÇÃO AOS MAUS TRATOS NA INFÂNCIA	54.149.562/0001-20	Proteção Social Especial de Média Complexidade	Serviço Especializado de Prote
CENTRO REGIONAL DE ATENÇÃO AOS MAUS TRATOS NA INFÂNCIA	54.149.562/0001-20	Proteção Social Especial de Média Complexidade	Serviço Especializado de Prote
CPTI - CENTRO PROMOCIONAL TIA ILEIDE	71.748.305/0001-24	Proteção Social Especial de Média Complexidade	Serviço Especializado de Prote
PROJETO GENTE NOVA	54.129.002/0001-04	Proteção Social Especial de Média Complexidade	Serviço Especializado de Prote
SOCIEDADE EDUCATIVA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA	44.622.223/0001-66	Proteção Social Especial de Média Complexidade	Serviço Especializado de Prote
SOCIEDADE EDUCATIVA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA	44.622.223/0001-66	Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Serviço Especializado de Prote
SOCIEDADE EDUCATIVA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA	44.622.223/0001-66	Proteção Social Especial de Média Complexidade	Serviço Especializado de Prote
ASSOCIAÇÃO CORNÉLIA MARIA ELIZABETH VAN HYLCKAMA VLIEG	68.002.187/0001-04	Proteção Social Especial de Média Complexidade	Oficinas de Trabalho para Pess
ASSOCIAÇÃO CORNÉLIA MARIA ELIZABETH VAN HYLCKAMA VLIEG	68.002.187/0001-04	Proteção Social Especial de Média Complexidade	Serviço Especializado em Abo
MVM - MOVIMENTO VIDA MELHOR	04.819.635/0001-76	Proteção Social Especial de Média Complexidade	Serviço Especializado em Abo

Admitindo-se impugnação à justificativa aqui apresentada, no prazo de cinco dias a contar da publicação no Diário Oficial do Município e no sítio da administração pública na internet que deverão ocorrer na mesma data nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 32 da Lei 13.019/14.

Os Termos de Colaboração deverão ser firmados em autos próprios, nos moldes da minuta aprovada, que segue em anexo.

Publique-se no Diário Oficial e no sítio da administração pública na internet, comprovando-se nos autos as publicações.

Após o decurso do prazo previsto no Art. 32 § 2º da Lei Federal acima citado, a ausência de impugnação deverá ser certificada nestes autos.

VANDECLEYA MORO
Secretária Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social

ANEXO
MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO

MINUTA

TERMO DE COLABORAÇÃO N.º _____/2025

Processo Eletrônico SEI PMC.2025. número
Interessado:(OSC)

Pelo presente Termo de Colaboração, de um lado, o **MUNICÍPIO DE CAMPINAS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 51.885.242/0001-40, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, representado pela Secretária Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, Vandecleya Elvira do Carmo Silva Moro, portadora do RG n.º 328684247 e do CPF/MF n.º 220.554.278-81 em razão da delegação de competência atribuída pelo Decreto Municipal n.º 21.874/2021 e na qualidade de gestora da Política de Assistência Social no Município de Campinas nos termos do Art. 9º da Lei Municipal n.º 15.942 de 29 de julho de 2020 e de outro a(o) (**OSC**) doravante denominada simplesmente **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ sob n.º (**Nº CNPJ DA OSC**), com sede na (**endereço**) representada por (**nomes**) seu(s) (**nome do cargo**), portador do **RG n.º** e do **CPF/MF n.º** celebram com fundamento na Lei Federal n.º 13.019/2014, alterada pela Lei Federal n.º 13.204/2015, na Lei

Orgânica da Assistência Social n.º 8.742/1993 e alterações, Lei Municipal n.º 8.724 de 27 de dezembro de 1995, Lei Municipal n.º 15.942/2020, Lei Municipal n.º 16.600/2024, do Decreto Municipal n.º 16.215/2008, do **Ofício SMDAS nº ____/2025** e da dispensa de chamamento, devidamente justificada nos autos do processo SEI PMC.2025.00034881-47 devendo o serviço ser executado em consonância com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), bem como as demais normas jurídicas pertinentes.

PRIMEIRA - DO OBJETO E DAS METAS

1.1 Será executado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, durante toda a vigência da parceria, o **Serviço xxxxx**, cujas ações estão previstas no Termo de Referência (Anexo II do **Ofício SMDAS nº ____/2025**) e no Plano de Trabalho, visando **ESPECIFICAR para cada Serviço, conforme abaixo**,

Serviço de Apadrinhamento Afetivo ... visando proporcionar à criança e ao adolescente, vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro, integrando o Sistema Único da Assistência Social do Município.

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - Casa de Passagem de 0 a 17 anos e 11 meses ... visando oferecer acolhimento de caráter emergencial, com espaço adequado e profissionais preparados para receber a criança/adolescente em qualquer horário do dia ou da noite, enquanto se realiza o estudo diagnóstico detalhado da situação, integrando o Sistema Único da Assistência Social do Município.

Serviço Especializado em Abordagem Social para Crianças e Adolescentes ... visando assegurar trabalho social de busca ativa e abordagem nas ruas, identificando nos territórios, a incidência de trabalho infantil, mendicância, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras, integrando o Sistema Único da Assistência Social do Município.

Serviço Especializado em Abordagem Social – Adulto ... visando assegurar trabalho social de busca ativa e abordagem nas ruas, identificando nos territórios situações de rua, mendicância, dentre outras, integrando o Sistema Único da Assistência Social do Município.

Oficinas de Trabalho para Pessoas Adultas em Situação de Rua ... visando assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidade de pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência, a retomada dos hábitos pertinentes ao mundo do trabalho, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida, integrando o Sistema Único da Assistência Social do Município.

Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Adultas - Casa de Passagem ... visando ao acolhimento provisório em espaço com estrutura para acolher com privacidade pessoas adultas em situação de rua, a partir dos 18 anos, respeitando o perfil do usuário e garantindo acesso às necessidades básicas de alimentação, vestuário e higienização, integrando o Sistema Único da Assistência Social do Município.

Serviço de Proteção Social Especial no Domicílio para Pessoas com Deficiência, Idosas e Suas Famílias ... visando ao atendimento, em domicílio, para pessoas adultas com deficiência com algum grau de dependência e suas famílias, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, tais como: isolamento, confinamento, abandono, atitudes discriminatórias e preconceituosas, violência psicológica, falta de cuidados adequados por parte do cuidador, negligência, entre outras situações, como violência física, sexual e patrimonial, que aumentam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia, integrando o Sistema Único da Assistência Social do Município.

Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias em Centro-Dia de Referência ... visando ao atendimento, em Centro-Dia de Referência, para pessoas com deficiência com algum grau de dependência e suas famílias, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, tais como: isolamento, confinamento, abandono, atitudes discriminatórias e preconceituosas, violência psicológica, falta de cuidados adequados por parte do cuidador, negligência, entre outras situações como violência física, sexual, patrimonial que aumentam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia, integrando o Sistema Único da Assistência Social do Município.

Serviço Especializado de Proteção a Família (SESF) ... visando oferecer um conjunto de procedimentos técnicos especializados por meio de atendimento psicossocial na perspectiva da interdisciplinaridade, intersetorialidade, de caráter continuado, para atendimento às crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas e pessoas com deficiência em situação de violência doméstica, tais como: física, psicológica, negligência, violência sexual, exploração sexual, abandono, exploração financeira, violência patrimonial, trabalho infantil, integrando o Sistema Único da Assistência Social do Município.

Serviço de Acolhimento Institucional Provisório para Pessoas e Seus Acompanhantes em Trânsito ... visando ao acolhimento provisório em unidade institucional de passagem, com atendimento de forma integral e em ambiente protetivo para pessoas em situação de vulnerabilidade pessoal e social e que se encontram em trânsito no município de Campinas para tratamento de saúde, integrando o Sistema Único da Assistência Social do Município.

1.1.1 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL atenderá durante toda a vigência da parceria **XX** (extenso) grupos de **XX** (extenso) usuários cada, com capacidade de atendimento de até **XX** (extenso);

§ 1º O Plano de Trabalho e o Ofício referidos no *caput* são parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração.

§ 2º Para a execução das ações, deverá ser obrigatoriamente observada a descrição do serviço com a respectiva equipe de referência, constantes do **Anexo II – Termo de Referência do Ofício SMDAS nº ____/2025**.

§ 3º Considerando que o serviço acima descrito será realizado em unidade executora com inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas como filial, também serão aceitos documentos fiscais e contábeis referentes ao CNPJs: **(número do CNPJ)**.

(Este parágrafo só será utilizado em casos em que houver mais de um CNPJ no Termo de Colaboração. Caso a OSC só execute serviços sob um único CNPJ ele será excluído)

SEGUNDA - DOS REPASSES

2.1 Para a integral execução das ações previstas na cláusula PRIMEIRA, o Município repassará à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL o montante de R\$ ____ (____), em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, no valor de R\$ ____ (____) cada. **ou** (nos casos de formalização após a data prevista inicialmente) a primeira parcela será diminuída proporcionalmente, então deverá ser usada a seguinte redação)

2.1 Para a integral execução das ações previstas na cláusula PRIMEIRA, o Município repassará à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL o montante de R\$ ____ (____), em xx (xx) parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de R\$ ____ (____) e as demais no valor de R\$ ____ (____) cada.

Ou

(nos casos em que houver emenda parlamentar federal) sendo repassado:

2.1.1 o valor de R\$ ____ (____) proveniente de emenda parlamentar federal, em parcela única ser paga em conjunto com a primeira parcela decorrente da Dispensa de Chamamento;

2.1.2 o valor de R\$ ____ (____), em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, no valor de R\$ ____ (____) cada uma

2.1.1 (renumerar para 2.1.3. quando houver emendas) As parcelas deverão ser pagas no 5º dia útil de cada mês, sendo a primeira paga no mês de abril. **ou** (nos casos de formalização após a data prevista inicialmente deverá ser utilizada a seguinte redação):

2.1.1 A primeira parcela deverá ser paga em até 10 (dez) dias úteis a contar da data da publicação do extrato e as demais parcelas no 5º dia útil dos meses subsequentes.

2.2 Os valores para a execução do Serviço são oriundos da(s) seguinte(s) fonte(s) de recursos:

2.2.1Municipal (dotação XXX)

- 2.2.2 Estadual (dotação XXX)
- 2.2.3 Federal (dotação XXX)

TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O presente termo vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 01 de abril de 2025 (ou a contar da data de publicação do seu extrato), até 31 de março de 2026, podendo ser prorrogado, desde que não exceda a 10 (dez) anos.

Parágrafo único. A vigência prevista no caput poderá ser prorrogada de ofício, no caso de atraso na liberação de recursos por parte do MUNICÍPIO, por período equivalente ao atraso.

3.2 O presente termo, poderá ser denunciado pelos partícipes, a qualquer tempo, com as respectivas sanções e delimitações claras de responsabilidades, desde que comunicado por escrito, com no mínimo 90 (noventa) dias de antecedência.

QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1 São obrigações do MUNICÍPIO:

4.1.1 proceder, por intermédio da equipe da SMDAS - Coordenadoria Departamental de Monitoramento e Avaliação (CDMA), o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria e do atendimento realizado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, inclusive com a realização de visita(s) *in loco*, e eventualmente procedimentos fiscalizatórios em conjunto com a *Coordenadoria Departamental de Gestão de Convênios e Prestação de Contas (CDGCPC)*, nos termos do item 8 do Anexo I do **Ofício SMDAS nº ____/2025**;

4.1.2 analisar, através da *Coordenadoria Departamental de Gestão de Convênios e Prestação de Contas (CDGCPC)* da SMDAS, a prestação de contas da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL nos moldes previstos na Lei Federal nº 13.019/2014 e demais alterações, nas Instruções nº 01/2024 do TCE-SP e comunicados, Resolução SMCAIS nº 01/2016, bem como as demais condições expressas no **Ofício SMDAS nº ____/2025**, aceitando-as, questionando-as ou rejeitando-as;

4.1.3 realizar, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros e delegar competência.

4.1.4 emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação das ações objeto do presente Termo de Colaboração, submetendo-o à comissão de monitoramento e avaliação designada, nos termos do artigo 59 da Lei Federal nº 13.019/2014, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.

4.1.5 através do gestor contratual:

4.1.5.1 acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

4.1.5.2 informar à Secretária Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social a existência de fatos que possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

4.1.5.3 emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o artigo 59 da Lei Federal 13.019/2014 e a cláusula antecedente;

4.1.5.4 disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

4.1.6 reter as parcelas subsequentes, quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação às obrigações deste Termo de Colaboração ou em caso de a organização da sociedade civil deixar de adotar, sem justificativa suficiente, as medidas saneadoras apontadas pelo Município ou pelos órgãos de controle interno e externo, até a efetiva regularização;

4.1.6.1 em caso de retenção das parcelas subsequentes, o MUNICÍPIO, através da SMDAS, cientificará a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL para, querendo, apresentar justificativa que entender necessária no prazo de 10 (dez) dias;

4.1.6.2 em caso de apresentação de justificativa pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, a SMDAS analisará os argumentos trazidos, decidindo sobre a retomada ou não dos repasses, bem como quanto ao pagamento ou não das parcelas retidas, que só poderão ser liberadas em caso de manutenção do atendimento;

4.1.6.3 em caso de descumprimento das notificações e prazos apontados para saneamento de irregularidades ou impropriedades da prestação de contas e da execução do objeto, serão tomadas as providências previstas no item 15 do Anexo I do **Ofício SMDAS nº ____/2025**, com a imposição das penalidades previstas na cláusula sexta deste Termo de Colaboração.

4.1.7 manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento e os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria oriunda do presente Termo de Colaboração, em integral atendimento às disposições do item 14.1 do Anexo I do **Ofício SMDAS nº ____/2025**.

4.2 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL obriga-se a:

4.2.1 Com relação à execução técnica do objeto e suas peculiaridades:

a) executar as ações em estrita consonância com o Termo de Referência (Anexo II) do **Ofício SMDAS nº ____/2025** e Plano de Trabalho aprovado pela área técnica competente e legislação pertinente;

b) desenvolver as ações seguindo as diretrizes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, submetendo-se à gestão pública operacional do serviço e disponibilizando o atendimento aos usuários referenciados pelo Município, através da citada Secretaria, nos termos do item 3 do Anexo I do **Ofício SMDAS nº ____/2025**;

c) prestar ao MUNICÍPIO, através da Coordenadoria Departamental de Monitoramento e Avaliação (CDMA) da SMDAS, todas as informações e esclarecimentos necessários durante o processo de monitoramento e avaliação da parceria;

d) promover, no prazo a ser estipulado pela Administração Pública, quaisquer adequações apontadas no processo de monitoramento, avaliação e gestão operacional;

e) participar sistematicamente das reuniões de monitoramento, avaliação, gestão operacional e capacitações;

f) participar de reuniões dos Conselhos Municipais, fóruns e grupos de trabalho;

g) manter atualizados os registros e prontuários de atendimento, através dos sistemas informatizados disponibilizados pelo Município;

h) apresentar ao MUNICÍPIO, por intermédio da Coordenadoria Departamental de Monitoramento e Avaliação (CDMA) da SMDAS, nos prazos e nos moldes por ela estabelecidos, os relatórios mensais e anual do serviço executado;

i) comunicar por escrito e imediatamente à SMDAS, através da Coordenadoria Departamental de Monitoramento e Avaliação (CDMA), todo fato relevante, bem como eventuais alterações estatutárias e constituição da diretoria;

j) manter, durante toda a vigência da parceria, as condições iniciais de autorização, em especial a inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social e demais Conselhos pertinentes à área de atuação, bem como sua regularidade fiscal;

k) comunicar por escrito, com prazo de no mínimo 90 (noventa) dias de antecedência, eventual pretensão de alterações na forma de execução ou número de grupos.

4.2.2 Com relação à aplicação dos recursos financeiros nas ações a serem executadas:

a) as contratações de bens e serviços pelas organizações da sociedade civil, feitas com o uso de recursos transferidos pela administração pública, deverão observar os princípios da impessoalidade, isonomia, economicidade, probidade, eficiência, publicidade e transparência na aplicação dos recursos e da busca permanente de qualidade, bem como a perfeita contabilização das referidas despesas;

b) aplicar integralmente os valores recebidos nesta parceria, assim como os eventuais rendimentos, no atendimento do objeto constante da cláusula PRIMEIRA em estrita consonância com o Plano de Trabalho, previsão de receitas e despesas detalhadas no plano de aplicação dos recursos e cronograma de desembolso aprovados;

c) efetuar todos os pagamentos com os recursos transferidos, após a publicação do extrato do Termo de Colaboração e dentro da vigência do mesmo, indicando no conteúdo original dos documentos — inclusive a nota fiscal eletrônica — da identificação do órgão público concessor e os demais elementos identificadores do repasse, não sendo admitida a inserção dessas informações após a emissão do respectivo documento, mantendo-os na posse para eventuais fiscalizações e/ou conferências;

d) manter conta corrente junto ao Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, específica para a movimentação dos recursos oriundos deste

Termo de Colaboração, informando à SMDAS o número;

e) realizar toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria mediante transferência eletrônica, sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, sendo proibido o saque de recursos da conta corrente específica do ajuste para pagamento de despesas de quaisquer naturezas em espécie, ressalvadas as exceções previstas no § 2º do artigo 53 da Lei Federal nº 13.019/2014, com alterações incluídas pela Lei nº 13.204/2015;

f) aplicar os saldos e provisões referentes aos recursos repassados a título desta parceria, sugerindo-se cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operações de mercado aberto lastreados em títulos da dívida pública, sendo que a conta de aplicação financeira dos recursos deverá ser vinculada à conta do ajuste, não podendo ser realizada em contas estranhas ao mesmo;

g) não repassar nem redistribuir a outras Organizações da Sociedade Civil, ainda que de Assistência Social, bem como a qualquer outra pessoa jurídica, os recursos oriundos da presente parceria;

h) prestar contas dos recursos recebidos, bimestralmente, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao desembolso das despesas, por meio do lançamento em ordem cronológica e da digitalização dos documentos comprobatórios das despesas, por meio do Sistema Informatizado de Prestação de Contas – PDC, obedecendo às disposições da Resolução SMCAIS nº 01/2016, ou outra que vier a substituí-la e do item 10 do Anexo I do **Ofício SMDAS nº ____/2025**, sob pena de suspensão dos repasses;

i) apresentar, em conjunto com as prestações de contas previstas na alínea "h", todos os documentos previstos no item 10.2 do Anexo I do **Ofício SMDAS nº ____/2025** e outros que vierem a ser eventualmente disciplinados;

j) entregar bimestralmente, na mesma data das prestações de contas mensais, a folha de pagamento analítica do período, bem como aqueles documentos eventualmente exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo ou do órgão de controle do Município, por meio de peticionamento intercorrente no processo administrativo eletrônico da parceria, no Sistema Eletrônico de Informações - SEI;

k) apresentar as prestações de contas anuais, até 31 de março do exercício subsequente ao do recebimento dos recursos públicos oriundos da presente parceria, por meio do Sistema Informatizado de Prestação de Contas - PDC, observando, também, as regras estabelecidas pelas Instruções nº 01/2024 do TCE-SP;

l) devolver ao Fundo Municipal de Assistência Social, eventuais saldos financeiros remanescentes, inclusive os obtidos de aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, em caso de conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Termo de Colaboração, devendo comprovar tal devolução nos moldes da prestação de contas no Sistema Informatizado de Prestação de Contas - PDC, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública;

m) não remunerar, a qualquer título, pela organização da sociedade civil, com os recursos repassados, servidor ou empregado público;

n) manter em seus arquivos os documentos originais que compuseram a prestação de contas, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação das mesmas;

o) eventual rateio administrativo de custos indiretos realizado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL somente poderá ser realizado, se previsto no Plano de Trabalho, acompanhado de memória de cálculo correspondente, e demais informações constantes do item 9.3 do Ofício SMDAS nº ____/2025, verificado e avaliado quanto a razoabilidade, pertinência com o objeto, proporcionalidade e adequação das despesas pela área técnica;

4.3 Constitui responsabilidade exclusiva da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos em virtude da presente parceria, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio e de pessoal;

4.4 Constitui, também, responsabilidade exclusiva da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL o pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública sua inadimplência em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

4.5 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL obriga-se, ainda, a:

4.5.1 permitir o livre acesso dos agentes da administração pública, do Sistema de Controle Interno da Administração Pública Municipal e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

4.5.2 abster-se, durante toda a vigência da parceria, de ter como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal direta ou indireta, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

4.5.3 cumprir os dispositivos legais relativos à transparência de seus atos, consistentes na divulgação pela via eletrônica de todas as informações sobre suas atividades e resultados, nos termos da Lei Federal n.º 12.527/2011 e dos artigos 204 e 206 das Instruções n.º 01/2024 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em especial:

4.5.3.1 divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública;

4.5.3.2 data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;

4.5.3.3 nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB;

4.5.3.4 descrição do objeto da parceria; valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso; situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo;

4.5.3.5 quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício.

4.6 Quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem, justificativa suficiente, as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo, desviar a finalidade na aplicação dos recursos ou descumprir as obrigações estabelecidas nas cláusulas 4.2.1 e 4.2.2, o MUNICÍPIO poderá reter as parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria, até o saneamento das impropriedades, conforme previsão do artigo 48, incisos II e III, da Lei Federal nº 13.019/2014

QUINTA – DA HIPÓTESE DE RETOMADA

5.1 Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, o MUNICÍPIO poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que o MUNICÍPIO assumir as responsabilidades;

II - retomar os bens públicos eventualmente em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens.

5.1.1 As situações previstas na cláusula 5.1 devem ser comunicadas pelo gestor da parceria à Secretária Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social.

SEXTA – DAS SANÇÕES

6.1 Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n.º 13.019/2014 e da legislação específica, o MUNICÍPIO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do MUNICÍPIO, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que

aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

§ 1º As sanções estabelecidas nos incisos I, II e III são de competência exclusiva da Secretária Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

§ 2º Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

§ 3º A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

SÉTIMA – DOS BENS REMANESCENTES

7.1. Para os fins deste Termo de Colaboração, consideram-se bens remanescentes os equipamentos e os materiais de natureza permanente, necessários à consecução do objeto, que tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública, mas que a ele não se incorporam, nos termos do Art. 36 da Lei Federal n.º 13.019/2014.

7.2. Os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos provenientes da parceria deverão ser objeto de controle patrimonial, gravados com cláusula de inalienabilidade e incorporados ao Município (Fundo Municipal de Assistência Social ao término da parceria, denúncia ou em caso de extinção da Organização da Sociedade Civil.

7.3 Não se submeterão à doação prevista na cláusula 7.2, por aplicação análoga ao previsto no Decreto Municipal n.º 18.615 de 29 de dezembro de 2014, alterado pelo Decreto n.º 22.603 de 12 de janeiro de 2023 os equipamentos e materiais permanentes que:

7.3.1 por sua natureza em uso normal perdem ou tem reduzidas as suas condições de funcionamento, no prazo máximo de dois anos;

7.3.2 cuja estrutura esteja sujeita a modificação, por ser quebradiço ou deformável, caracterizando-se pela irrecuperabilidade ou perda de sua identidade;

7.3.3 que quando sujeito a modificações químicas ou físicas, em virtude dos fluidos ou do próprio uso excessivo, se deteriora ou perde sua característica normal de uso;

7.3.4 destinados à incorporação a outro bem, e que não podem ser retirados sem prejuízo das suas características principais;

7.3.5 adquiridos para fins de transformação para integrar outro bem ou servir de parte deste;

7.3.6 adquiridos, que possuam características de material permanente, mas que apresentarem valor individual de até 400 UFIC - Unidade Fiscal de Campinas.

OITAVA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

8.1 Cabe ao Município, através da SMDAS gerenciar os riscos relativos ao tratamento de dados pessoais, visando adequação dos mesmos à LGPD, na forma prevista pelo Decreto n.º 21.906, de 14 de janeiro de 2022 que dispôs sobre o Programa de Proteção de Dados no Poder Executivo Municipal.

NONA – DA CONVALIDAÇÃO DE SALDO DE PROVISÃO DE RECURSOS

(incluir se houver convalidação)

9.1. Fica convalidado para utilização até o dia 31 de março de 2026, o saldo remanescente autorizado no Termo de Colaboração n.º ___/___, que tenha sido provisionado para pagamento de encargos sociais e trabalhistas e não aplicado, referente ao pessoal efetivamente utilizado no Serviço de Proteção Social Especial, no valor de R\$ XX (extenso), devendo os valores serem mantidos na conta corrente específica do presente ajuste.

9.1.1 A prestação de contas relativa ao saldo remanescente será apresentada em apartado, consoante orientações da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social.

NONA – DO FORO (renumerar se houver convalidação)

9.1. As partes elegem o foro da Comarca de Campinas para dirimir quaisquer questões oriundas deste Termo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.2 É obrigatória, nos termos do artigo 42, inciso XVII da Lei Federal n.º 13.019/2014, a prévia tentativa de solução administrativa de eventuais conflitos, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública.

E por estarem certas e ajustadas, firmam eletronicamente o presente Termo de Colaboração.

Campinas,

VANDECLEYA MORO

Secretária Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social

(OSC)

Representante(s) legal(is)

RG nº

CPF nº



Documento assinado eletronicamente por **VANDECLEYA ELVIRA DO CARMO SILVA MORO**, Secretário(a) Municipal, em 17/03/2025, às 18:26, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **14122251** e o código CRC **FEABECED**.